

## **BNC-Formação Continuada: diretrizes e tensões na formação continuada de professores no contexto educacional brasileiro**

DOI: <https://doi.org/10.33871/23594381.2023.21.3.8180>

Ricardo de Pauli<sup>1</sup>, Arleide Rosa da Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo aborda uma contextualização do entendimento sobre a formação de professores, explorando diferentes perspectivas e sua relação com os objetivos e diretrizes delineadas pela Resolução CNE/CP nº 1/2020, que instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada), considerando ainda pontos de vista críticos expressos pela comunidade acadêmica em relação a essa temática. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, com ênfase especial em teóricos que debatem tanto a política curricular quanto a formação de professores. A análise revelou congruências e divergências dos objetivos e diretrizes previstos na resolução para uma formação continuada de professores alinhada com as necessidades do contexto educacional brasileiro.

**Palavras-chave:** BNC-Formação Continuada, Formação continuada de professores, Desenvolvimento profissional docente.

## **BNC-Formação Continuada: guidelines and tensions in continued teacher education in the Brazilian educational context**

**Abstract:** The article addresses a contextualization of the understanding of teacher education, exploring different perspectives and their relation to the objectives and guidelines outlined by Resolution CNE/CP nº 1/2020, which established the Common National Base for the Continuing Education of Basic Education Teachers (BNC-Continuing Education). It also takes into account critical viewpoints expressed by the academic community on this subject. The adopted methodology was bibliographic research, with a special emphasis on theorists debating both curriculum policy and teacher education. The analysis revealed agreements and disagreements with the goals and guidelines outlined in the resolution for a continuing education of teachers aligned with the needs of the Brazilian educational context.

**Keywords:** BNC-Formação Continuada, Continued teacher education, Teacher professional development.

### **Introdução**

A formação continuada de professores é uma ação relevante para o aprimoramento constante das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos docentes nos processos de ensino e aprendizagem. No contexto educacional brasileiro, a Resolução CNE/CP nº 1/2020, que instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada), foi elaborada com vistas a atender às demandas decorrentes da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

<sup>1</sup> FURB. E-mail: [ricardodepauli@yahoo.com.br](mailto:ricardodepauli@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> FURB. E-mail: [arosa@furb.br](mailto:arosa@furb.br)

Essa resolução estabelece diretrizes e competências para o desenvolvimento profissional dos educadores, visando aprimorar a qualidade da educação no país.

É válido compreender que a formação continuada é um processo dinâmico e desafiador, que requer a participação ativa de diversos atores, incluindo professores, pesquisadores, gestores educacionais e comunidade escolar. A construção de um processo formativo efetivo demanda a consideração das necessidades contextuais, valorizando a experiência dos professores e integrando os conhecimentos teóricos e práticos de forma sinérgica.

Neste artigo, exploraremos o panorama dado para a formação continuada de professores sob a perspectiva da BNC-Formação Continuada, destacando suas diretrizes e objetivos. Além disso, abordaremos as críticas e tensões enfrentadas na aplicação dessa proposta no contexto da educação brasileira, conforme apontado por pesquisadores e especialistas da área.

Este artigo consiste em um estado da questão, um dos pontos iniciais de uma pesquisa científica – neste caso, uma pesquisa de Mestrado –, pois consiste em um trabalho de inventariação, com objetivo de levantar as pesquisas já realizadas com determinado tema ou assunto. O estado da questão, segundo Nóbrega-Therrien e Therrerien (2004, p. 7), tem como finalidade “levar o pesquisador a registrar, a partir de um rigoroso levantamento bibliográfico, como se encontra o tema ou o objeto de sua investigação no estado atual da ciência ao seu alcance”. Essa metodologia envolve a coleta e análise de fontes diversas, como documentos oficiais, artigos científicos, livros e pesquisas acadêmicas relevantes ao tema.

Para este estudo, abordaremos uma contextualização do entendimento sobre a formação de professores e, posteriormente, analisaremos relações entre esse material e os objetivos e diretrizes delineados pela BNC-Formação Continuada. Além disso, consideraremos pontos de vista críticos expressos pela comunidade acadêmica em relação a essa temática.

A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, que, de acordo com Gil (2002, p. 44), “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Nossa abordagem envolveu a busca, inventário e análise de artigos científicos publicados em periódicos, os quais estão acessíveis na biblioteca

Scielo<sup>3</sup> e no Google Acadêmico<sup>4</sup>. As pesquisas nessas plataformas foram direcionadas pelo descritor “BNC-Formação Continuada” onde buscamos teóricos que debatem tanto a política curricular quanto a formação de professores.

## **Desenvolvimento**

Tardif (2004) afirma que a docência integra, pelo menos, quatro tipos de saberes. Os saberes disciplinares, que se referem ao campo de conhecimento em que atua o professor, como por exemplo, a matemática e a história. Os saberes curriculares, que correspondem àqueles que fundamentam a seleção e organização de conteúdos, objetivos e métodos a serem apresentados como modelos de cultura erudita. Os saberes experienciais, que advém da experiência, sendo construídos ao longo do exercício da profissão. E, por fim, os saberes da formação profissional, que são aqueles desenvolvidos pela Ciência da Educação e da Pedagogia. Cada qual incide sobre os espaços-tempos<sup>5</sup> escolares, bem como sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos docentes. Ainda de acordo com Tardif (2004), a prática docente se estabelece na articulação entre estes diferentes saberes, e esta articulação ocorre por meio de processos de formação de professores, seja na formação inicial ou na formação continuada.

Conforme apontam Sansolotti e Coelho (2019), a formação de professores tem sido objeto de grandes debates no meio acadêmico e a formação continuada seja, talvez, a modalidade que mais tem instigado a investigação e reflexão nos últimos anos, uma vez que estudos apontam para a importância deste processo na condução de um fazer pedagógico que condicione resultados que sejam mais significativos nos processos didáticos e que contribuam para um desenvolvimento profissional coerente com sua atuação prática.

Nóvoa (2002) destaca que a sociedade contemporânea tem atribuído crescentes responsabilidades ao sistema educacional escolar e aos professores, impulsionadas pelas transformações no mundo do trabalho, na revolução midiática e nas relações sociais. Essas mudanças têm impactado as propostas educacionais e a atuação dos professores, reconfigurando sua identidade profissional. Diante desse cenário, os processos de

---

<sup>3</sup> *Scientific Electronic Library Online (Scielo)* é uma biblioteca digital de livre acesso e um projeto cooperativo de publicação digital de periódicos científicos. Pode ser acessada em <https://www.scielo.br/>.

<sup>4</sup> O Google Acadêmico, também conhecido como Google Scholar, é um mecanismo virtual de pesquisa livremente acessível que organiza e lista textos completos ou metadados da literatura acadêmica em uma extensa variedade de formatos de publicação. Pode ser acessado em <https://scholar.google.com.br/>.

<sup>5</sup> Os espaços-tempos são compreendidos, para este trabalho, como os locais e momentos atuais vivenciados pelos professores, assumindo características de contemporaneidade.

formação inicial e continuada de professores ganha ainda mais relevância, a fim de proporcionar aos docentes subsídios para enfrentar os desafios presentes no exercício da profissão.

A formação continuada de professores é regulamentada por meio de diretrizes e políticas educacionais estabelecidas pelos órgãos responsáveis pela educação. No contexto brasileiro, o documento que regulamenta a formação continuada de professores é a Resolução CNE/CP nº 1/2020, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Essa resolução estabelece princípios, competências e orientações para a formação continuada dos educadores, visando o desenvolvimento profissional dos professores.

Contudo, é fundamental reconhecer que a BNC-Formação Continuada não surge isoladamente, mas sim como parte de um arcabouço normativo mais amplo. Antes de sua promulgação, outros documentos desempenharam papéis significativos na regulamentação da formação continuada de professores. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - Lei nº 9.394/1996, por exemplo, estabelece as diretrizes gerais da educação no país, impactando indiretamente a formação dos educadores.

O Parecer CNE/CP nº 9/2001 e a Resolução CNE/CP nº 1/2002 são documentos que fornecem orientações sobre a formação de professores para a educação básica, incluindo aspectos relacionados à formação continuada. Os documentos de 2005 e 2006 (Parecer CNE/CP nº 5/2005 e Resolução CNE/CP nº 1/2006) também abordam temas relevantes para a formação docente, enquanto o Parecer CNE/CP nº 9/2009 e a Resolução CNE/CP nº 2/2009 discutem a carga horária das licenciaturas na formação de professores.

A BNC-Formação Continuada considera válido cursos e programas flexíveis<sup>6</sup> na formação continuada de professores, além de outras ações, por meio de atividades formativas diversas. Essas ações podem ser realizadas de forma presencial, a distância, semipresencial, de forma híbrida ou por outras estratégias não presenciais, sempre que o

---

<sup>6</sup> A BNC - Formação Continuada indica para formação continuada dos docentes em exercício:  
I - Cursos de Atualização, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas;  
II - Cursos e programas de Extensão, com carga horária variável, conforme respectivos projetos;  
III - Cursos de Aperfeiçoamento, com carga horária mínima de 180 (cento e oitenta) horas;  
IV - Cursos de pós-graduação lato sensu de especialização, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, de acordo com as normas do CNE;  
V - Cursos ou programas de Mestrado Acadêmico ou Profissional, e de Doutorado, respeitadas as normas do CNE, bem como da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

processo de ensino assim o recomendar. Podem ser oferecidas por Instituições de Ensino Superior (IES), organizações especializadas ou pelos órgãos formativos no âmbito da gestão das redes de ensino.

Na prática, a formação continuada de professores pode ser alcançada por meio de cursos e ações disponibilizados por diversas instituições, podendo ocorrer através de diferentes modalidades. Pinto, Barreiro e Silveira (2010, p. 8) colaboram que são ações da formação continuada de professores:

[...] congressos, seminários, simpósios, colóquios, encontros, jornadas, ciclos de falas, palestras, grupos de pesquisa, grupos de estudos, grupos e formação, projetos de pesquisa-ação, oficinas, cursos de extensão e/ou aperfeiçoamento sobre um conteúdo específico e/ou questões pedagógicas efetuados no lócus da escola, nas IES e em outros espaços. Além dessas ações pontuais, são considerados os cursos de Pós-graduação Lato sensu, Pós-graduação Stricto sensu (Mestrado e Doutorado) e processos permanentes realizados no lócus da escola ou não, com encontros regulares. Cada proposta, de acordo com suas características, propicia o atendimento a diferentes necessidades e interesses dos professores, podendo contribuir como suporte ao fazer docente e ao desenvolvimento profissional.

Ainda no que diz respeito às modalidades de formação continuada de professores, Nóvoa (2013) ressalta a importância de integrar essa formação à própria profissão docente. Dessa forma, os programas de formação não devem se limitar apenas a cursos, eventos ou palestras. É necessário propor iniciativas que permitam um maior período, para que se possa realizar a pesquisa-ação-reflexão e estabelecer um diálogo constante entre o contexto escolar e o espaço de discussão (NÓVOA, 2013).

Quanto ao impacto positivo da formação continuada de professores, de acordo com a BNC-Formação Continuada, o curso ou programa deve atender as características de: foco no conhecimento pedagógico do conteúdo; uso de metodologias ativas de aprendizagem; trabalho colaborativo entre pares; duração prolongada da formação e coerência sistêmica.

Imbernón (2010), por sua vez, reflete que a formação continuada de professores deve promover a valorização de processos colaborativos de formação; o redirecionamento no tipo de conhecimento priorizado, avançando do conhecimento estritamente objetivo para um conhecimento também subjetivo – englobando questões relacionadas ao conhecimento de si, gestão de conflitos, dinâmicas de grupos, tomadas de decisões, comunicação e aspectos éticos. Todo esse processo pode ser base para a construção de redes de comunicação para que o conhecimento produzido e refletido na formação continuada seja socializado, permitindo que professores aprendam uns com os outros.

Assim, a formação continuada pode levar ao desenvolvimento consciente do profissional, ao crescimento e a tomada de decisões embasadas na relação entre teoria e prática, num processo de diálogo constante entre estas duas formas de conhecimento.

Considerando esse viés, a formação continuada de professores deve mostrar-se como um convite para que os educadores assumam o compromisso de construir conhecimento de forma colaborativa. Nesse sentido, os desafios da prática docente, como superar a dicotomia entre teoria e prática, valorizar as diferenças culturais, integrar as tecnologias educacionais e compreender a realidade específica de cada comunidade escolar devem ser considerados no desenvolvimento de qualquer modalidade de formação continuada.

Nóvoa (2013) aborda a formação continuada de professores como um processo para o desenvolvimento profissional dos docentes ao longo de sua carreira. O autor destaca que a formação não deve se restringir apenas à fase inicial da profissão, mas deve ser uma prática constante e contínua. Nessa perspectiva, a formação continuada proporciona aos professores oportunidades de atualização, aprofundamento e reflexão sobre sua prática pedagógica, permitindo-lhes enfrentar os desafios da contemporaneidade e buscar respostas adequadas às demandas educacionais em constante transformação. Tardif (2004), contribui que a formação continuada permite aos docentes acompanhar as transformações sociais, culturais e tecnológicas, capacitando os professores para enfrentar os desafios contemporâneos e promovendo assim uma educação mais relevante e significativa para os estudantes.

Nesse viés, a Resolução CNE/CP nº 1/2020 aborda a formação continuada de professores como componente essencial da sua profissionalização, na condição de agentes formativos de conhecimentos e culturas, bem como orientadores de seus educandos nas trilhas da aprendizagem, para a constituição de competências, visando o complexo desempenho da sua prática social e da qualificação para o trabalho.

As competências profissionais indicadas na BNC-Formação Continuada, considerando que é exigido do professor sólido conhecimento dos saberes constituídos, das metodologias de ensino, dos processos de aprendizagem e da produção cultural local e global, objetivando propiciar o pleno desenvolvimento dos educandos, têm três dimensões que são fundamentais e, de modo interdependente, se integram e se complementam na ação docente no âmbito da Educação Básica: I - conhecimento profissional; II - prática profissional; e III - engajamento profissional (BRASIL, 2020, p. 2).

Dessa forma, e de acordo com a resolução da BNC-Formação Continuada, as três dimensões do desenvolvimento profissional - conhecimento profissional, prática

profissional e engajamento profissional - como delineado no quadro 1, desempenham um papel relevante para capacitar os professores a atuar com competência, ética e responsabilidade em suas áreas de atuação.

**Quadro 1 - Dimensões do desenvolvimento profissional do professor**

<b>CONHECIMENTO</b>	<b>PRÁTICA</b>	<b>ENGAJAMENTO</b>
<p>Dominar os conteúdos das disciplinas ou áreas de conhecimento; compreender princípios e conceitos centrais; reconhecer normativas curriculares e suas relações filosóficas e sociológicas; definir altas expectativas acadêmicas; identificar a estrutura curricular; dominar competências de aprendizagem; conhecer os alunos e suas características de desenvolvimento; entender o contexto institucional e sociocultural; e promover o autoconhecimento para aprimorar o desenvolvimento profissional.</p>	<p>Planejar o ensino com estratégias adequadas; utilizar recursos e atividades de ensino compatíveis com as áreas de conhecimento; atender às necessidades específicas de aprendizado dos alunos; conhecer diferentes formas de avaliação; dar feedback aos alunos; utilizar recursos tecnológicos de forma eficaz; promover a interação entre alunos e a colaboração interpessoal; incentivar o trabalho em equipe com os colegas; alocar alunos em grupos que favoreçam a aprendizagem; participar da administração escolar; planejar o desenvolvimento pessoal e a formação continuada.</p>	<p>Fortalecer uma cultura de altas expectativas acadêmicas e de sucesso escolar; demonstrar altas expectativas sobre as possibilidades de aprendizagem dos alunos; interagir com alunos, famílias e comunidades para construir laços de pertencimento; atuar profissionalmente respeitando normas e costumes vigentes; investir no aprendizado constante, cuidando da saúde física e mental; comprometer-se com políticas educacionais e o autodesenvolvimento profissional; e engajar-se em estudos e pesquisas para melhorar a qualidade das aprendizagens dos alunos e ampliar seu repertório cultural.</p>

Fonte: adaptado de Brasil (2020)

Ainda que as diretrizes para formação continuada de professores da Educação Básica no contexto brasileiro sejam abordadas pela Resolução CNE/CP nº 1/2020 como promotoras das dimensões do desenvolvimento profissional dos professores e, ainda, como componente essencial da valorização e profissionalização docente, na condição de agentes formativos de conhecimentos e culturas, é válido ressaltar que, o documento como base, possui alguns pontos que são questionados e/ou criticados pela comunidade acadêmica<sup>7</sup>.

De início, autores como Nogueira e Borges (2021) criticam o fato de terem sido criadas resoluções diferentes para a formação inicial (Resolução CNE/CP nº 2/2019 que

<sup>7</sup> Há um manifesto, denominado Frente Nacional pela REVOGAÇÃO das Resoluções CNE/CP 02/2019 e 01/2020, criado em 30 de março de 2023, congregando entidades nacionais, fóruns e movimentos sociais ligados à formação de professores/as e ao campo educacional, que se organizam em torno da defesa da formação de professores/as e reivindicam a imediata RETOMADA da Resolução anterior. Disponível em [https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/Manifesto\\_REVOGA\\_BNC\\_Forma%C3%A7%C3%A3o\\_18Abr.pdf](https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/Manifesto_REVOGA_BNC_Forma%C3%A7%C3%A3o_18Abr.pdf). Acesso em 10 jul. 2023.

define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)) e para a formação continuada de professores. Os autores destacam em sua obra a crítica em relação à divisão entre formação inicial e continuada dos professores. Segundo eles, essa separação é prejudicial ao ensino de qualidade. Ao enfatizar essa divisão, a formação dos professores é tratada como etapas isoladas, não levando em consideração a continuidade e a integração necessárias para o desenvolvimento profissional ao longo da carreira docente.

É considerável que essa separação entre formação inicial e continuada pode levar a uma fragmentação do conhecimento e das práticas pedagógicas. Nogueira e Borges (2021) contribuem ainda que a formação inicial dos professores muitas vezes não consegue contemplar de maneira abrangente e aprofundada todas as demandas e desafios da prática docente. Por outro lado, a formação continuada pode ser negligenciada ou tratada como algo secundário, limitando as oportunidades de atualização e aprimoramento contínuos dos professores.

Já no estudo conduzido por Rodrigues, Pereira e Mohr (2021), são apresentadas críticas pertinentes em relação aos processos que culminaram na criação das bases curriculares nacionais em vigência: a BNCC<sup>8</sup>, a BNC-Formação e a BNC-Formação Continuada. Uma das preocupações centrais levantadas pelos autores é quanto a criação dessas bases por terem sido processos verticais, ou seja, houve uma falta de participação e diálogo efetivo com os professores e demais atores educacionais envolvidos na temática. Eles argumentam ainda que as bases foram desenvolvidas sem levar em consideração as contribuições da comunidade acadêmica e das associações profissionais e científicas dedicadas a pesquisas com essa temática.

Além disso, os autores apontam para uma tentativa de negligenciar, por parte de atores ligados a interesses empresariais, o conhecimento acumulado e as conquistas obtidas ao longo do tempo pela área de pesquisa em formação de professores. Essa falta de reconhecimento e diálogo resultou em uma clara ruptura entre as propostas presentes nas bases curriculares e as diretrizes anteriores, as quais eram embasadas em estudos e práticas desenvolvidas na área.

---

<sup>8</sup> A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

Essas críticas revelam a importância de uma abordagem mais colaborativa e inclusiva na elaboração das bases curriculares, de modo a promover um diálogo profícuo entre os diversos atores envolvidos no campo da formação de professores. A participação dos pesquisadores, professores e demais profissionais da educação é essencial para garantir a qualidade e a pertinência dessas bases, bem como para assegurar uma formação docente contextualizada, embasada em evidências e voltada para as demandas da sociedade contemporânea. Somente por meio de um processo transparente, participativo e fundamentado no conhecimento científico é possível estabelecer bases curriculares consistentes, capazes de promover uma educação de qualidade e preparar os professores para enfrentar os desafios do cenário educacional atual.

Costa, Matos e Caetano (2021) também afirmam que as competências estabelecidas, tanto na BNCC quanto na BNC-Formação Continuada, refletem uma abordagem vertical que limita e subestima a diversidade dos contextos educacionais nacionais. Eles ressaltam ainda que o que é apresentado pelo CNE como base para a formação de professores no Brasil é, na verdade, uma lista de competências extraída da BNCC, sem qualquer diálogo com especialistas e pesquisadores da área da educação. Esse cenário resulta em uma agenda de formação que segue uma lógica uniformizadora e orientada para resultados, não deixando espaço para uma visão abrangente da formação docente, que leve em consideração a complexidade do ato de ensinar, a diversidade dos contextos de trabalho e a pluralidade social dos alunos com os quais os professores lidam.

Costa, Matos e Caetano (2021) levantam ainda uma discussão adicional em relação à BNC-Formação Continuada, apontando que a abordagem prevista no documento tende a ser excessivamente teórica, enfatizando conceitos e conhecimentos acadêmicos, mas negligenciando a disponibilização de oportunidades adequadas para a aplicação prática do aprendizado. De acordo com os autores, a formação continuada dos professores deve ir além da simples transmissão de teorias e conceitos, sendo fundamental que ofereça espaço e suporte para que os educadores possam vivenciar e experimentar esses conhecimentos em sua prática pedagógica.

Outra crítica relevante em relação à BNC-Formação Continuada, levantada por Soares *et al.* (2022), diz respeito aos seus objetivos, levantando a preocupação de que tais diretrizes possam restringir a autonomia dos professores e das instituições de ensino, sem levar em consideração suas especificidades e necessidades contextuais. Nesse sentido, as críticas argumentam que a base pode ser percebida como um conjunto de diretrizes rígidas

e inflexíveis, que não consideram a diversidade de realidades presentes nas escolas e o papel ativo dos professores como protagonistas do processo educativo.

Soares *et al.* (2022, p. 14) contribuem que:

[...] a proposta da BNC-Formação Continuada, no que visa ao processo formativo docente, está voltada a um ensino engessado, interferindo diretamente no “fazer pedagógico” na escola, pautada nas ideias da BNCC, documento “norteador” da educação, que apresenta dificuldades em dialogar e/ou indicar caminhos aos professores em relação ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. A BNCC e a BNC-Formação Continuada trazem o ensino-aprendizagem direcionado ao “saber fazer”, instigando a formação do aluno para o mercado de trabalho, e, superficialmente, a formação física, social e mental do educando, ou seja, na sua formação integral.

Essa rigidez dos objetivos estabelecidos pode limitar a capacidade dos professores de adaptar a formação continuada às demandas e particularidades de suas práticas pedagógicas, bem como às características dos alunos e das comunidades em que atuam. Cada contexto educacional apresenta desafios e necessidades específicas, sendo necessário que a formação continuada ofereça flexibilidade e espaço para que os professores possam desenvolver suas competências de acordo com as demandas vivenciadas em sua realidade.

Além disso, ao negligenciar a participação ativa dos professores e das instituições de ensino na definição dos objetivos da formação continuada, corre-se o risco de desconsiderar as perspectivas e conhecimentos acumulados pelos próprios educadores, que possuem um contato diário com os alunos e são capazes de identificar as demandas e potencialidades do contexto escolar.

Costa, Matos e Caetano (2021) concluem que a redação da resolução é insuficiente em relação ao atendimento das reais necessidades e aspirações dos professores brasileiros. Os autores argumentam que essa resolução não tem como objetivo principal fornecer atualização e complementação ao longo da carreira docente, nem leva em consideração a formação inicial dos professores e o contexto em que atuam.

Essa constatação levanta preocupações relevantes sobre a falta de um direcionamento claro para o desenvolvimento profissional dos professores ao longo de suas trajetórias. A ausência de uma abordagem que considere a formação continuada e a contextualização das práticas docentes pode comprometer a capacidade dos educadores de se adaptarem aos desafios e às demandas em constante evolução do contexto educacional.

Essas críticas destacam a importância de um processo participativo, transparente e democrático na elaboração das bases curriculares e diretrizes de formação docente. É fundamental assegurar a ampla participação de diversos atores envolvidos na educação, como professores, pesquisadores, associações profissionais e comunidades escolares, a fim de construir um currículo e diretrizes alinhados com as necessidades e realidades da Educação Básica brasileira. É necessário, portanto, repensar e aprimorar os processos de formação continuada, levando em consideração as demandas e realidades dos professores, bem como promover uma abordagem mais contextualizada e flexível para o desenvolvimento profissional dos educadores.

Concebemos que as críticas mencionadas em relação à BNC-Formação Continuada não invalidam a sua importância, mas destacam a notabilidade de reconhecer que a formação continuada dos professores deve ser um processo dinâmico, que esteja aberto ao diálogo e seja flexível o suficiente para promover o desenvolvimento profissional do professor e, ainda, se adaptar às necessidades e desafios em constante evolução no contexto educacional.

### **Considerações finais**

Apesar das tensões identificadas, é importante reconhecer que a Resolução CNE/CP nº 1/2020 que estabelece a BNC-Formação Continuada é o documento que representa, legalmente, a atualidade das diretrizes para a formação continuada de professores da Educação Básica no contexto da educação brasileira. É fundamental que haja um compromisso contínuo dos agentes envolvidos no contexto educacional em revisar e aprimorar as políticas e práticas de formação continuada, de forma a garantir que elas verdadeiramente atendam às necessidades do contexto educacional.

Compreendemos que o progresso das dimensões do desenvolvimento profissional dos professores em exercício da docência, como previstos na BNC-Formação Continuada, requer um constante investimento na construção e reconstrução de saberes, visando a uma prática docente cada vez mais qualificada. Ademais, são necessários investimentos em políticas públicas de programas de formação continuada, bem como em infraestrutura, tecnologia e recursos materiais e, ainda, cursos e programas congruentes com esse desenvolvimento.

Além disso, Imbernón (2010) destaca também a importância de se atentar para as condições de trabalho dos professores, reconhecendo que esses aspectos exercem influência direta na motivação docente. O autor ressalta que as condições de trabalho,

incluindo fatores como a carga horária, o apoio institucional, a infraestrutura dos locais de trabalho e as relações interpessoais, podem afetar tanto positiva quanto negativamente a motivação dos professores em seu desempenho profissional.

Essa falta de motivação frequentemente resulta em um descompasso entre as convicções pessoais do professor - seus valores, crenças e percepções sobre os processos de ensino e aprendizagem - e a realidade educacional em que atuam. Nesse sentido, é fundamental estabelecer uma relação estreita entre as condições de trabalho e a motivação dos docentes, considerando que um ambiente propício, valorizador e estimulante pode contribuir para a melhoria do ensino.

Observamos que a BNC-Formação Continuada não trata de maneira explícita os elementos motivacionais ligados à prática docente. Essa lacuna destaca a importância de abordar esses aspectos em cursos e programas de formação continuada para professores, indo além das diretrizes estabelecidas na resolução.

Por fim, é válido compreender que a superação dos desafios no contexto educacional brasileiro vai além do simples investimento na formação de professores, seja ela inicial ou continuada. É necessário ampliar essa perspectiva, pois a atuação dos educadores envolve metodologias, avaliações, currículos adaptados e contextualizados, entre outros fatores. Manter o discurso de que a mudança deva ocorrer, exclusivamente, via formação de professores implica assumir o risco de, certamente, contar com professores mais bem informados e preparados para a profissão, apenas isso..

## **Referências**

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). In: **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, Seção 1, p. 103-106, 29 out. 2020.

COSTA, Eliane Miranda; MATOS, Cleide Carvalho de; CAETANO, Vivianne Nunes da Silva. Formação e Trabalho Docente: intencionalidades da BNC-Formação Continuada. **Currículo sem Fronteiras**, v. 21, n. 3, p. 1188-1207, 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

NÓBREGA-THERRIEN, Sílvia Maria; THERRIEN, Jacques. Trabalhos Científicos e o Estado da Questão: reflexões teórico-metodológicas. **Estudos em Avaliação Educacional**, [s.l.], v. 15, n. 30, p.5-16, dez. 2004.

NOGUEIRA, Adrinelly Lemes; BORGES, Maria Célia. A BNC-Formação e a Formação Continuada de professores. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, p. 188-204, 2021.

NÓVOA, António. **Para uma formação de professores construída dentro da profissão**. Lisboa: 2013.

NÓVOA, António. **Formação de professores e trabalho pedagógico**. Lisboa-Portugal: Educa, 2002.

PINTO, Carmem Lúcia Lascano; BARREIRO, Cristhianny Bento; SILVEIRA, Denise do Nascimento. Formação continuada de professores: ampliando a compreensão acerca deste conceito. **Revista Thema**, v. 7, n. 1, 2010.

RODRIGUES, Larissa Zancan; PEREIRA, Beatriz; MOHR, Adriana. Recentes Imposições à Formação de Professores e seus Falsos Pretextos: as BNC Formação Inicial e Continuada para Controle e Padronização da Docência. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, p. e35617-39, 2021.

SANSOLOTI, Simone de Oliveira; COELHO, Marcus Nascimento. O conceito de formação continuada e a sua concepção de acordo com Imbernón, Nóvoa e Libâneo. **Avanços & Olhares, Barra do Garças**, n. 3, p. 205-219, 2019.

SOARES, Patrícia Gavião; GONÇALVES, Nathalie Suelen; SANTOS, Thaís de Lima dos; RUPPENTHAL, Raquel; MELLO, Elena Billig. BNC-Formação Continuada de Professores da Educação Básica: competências para quem?. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 9, 2022.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2004

**Submissão:** 09/08/2023. **Aprovação:** 18/12/2023. **Publicação:** 20/12/2023.